

Cidades

Patrimônio histórico ameaçado

Residências dos primeiros anos da capital dão espaço a prédios e estacionamentos. De 128, restariam apenas cerca de 40, segundo Iphan

18/01/2016 06:00

Marcelo Dantas



Imóvel na Rua 82, no Centro, é um dos que resistem



Andréia Bahia

Dos 128 imóveis que relatam a criação e a primeira fase do desenvolvimento de Goiânia inventariados entre 2007 e 2010 – 90 residenciais e 38 prédios públicos – restam cerca de 40, estima a presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Salma Saddi. Aos poucos, essas construções residenciais dos primeiros anos da capital estão dando lugar a estacionamentos e a prédios que até 2008 o Plano Diretor não permitia.

Com a mudança na diretriz de desenvolvimento urbano, esses terrenos ficaram mais valorizados. “Um lote vazio para ser usado como estacionamento é mais lucrativo que um imóvel”, explica arquiteta Beatriz Otto de

Santana, coordenadora técnica do Iphan. Da mesma forma que um prédio de muitos andares rende mais que uma casa.

Na opinião da vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo em Goiás, Maria Ester Ester Souza, além da possibilidade de verticalização, que aumentou a atratividade dos terrenos da área central da cidade, a ausência de uma política de preservação também responde pelo desmonte do patrimônio histórico de Goiânia. “Tudo pode ser demolido; um proprietário pode demolir uma casa e construir um prédio de 20 andares onde quiser na cidade”, critica.

Esses 128 imóveis são construções de arquitetura modernista, das décadas de 50 e 60, identificados em uma pesquisa realizada pelo Iphan, Universidade Federal de Goiás (UFG) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) durante o levantamento das construções estilo art déco, que levou ao tombamento de 22 edifícios e monumentos público desse estilo em 2003.

Os imóveis estão espalhados pela região central, onde nasceu a capital, no Centro, Setor Sul, Oeste, Aeroporto e parte do Marista. “São várias casas construídas para os servidores públicos que vieram para Goiânia e vendidas e preços simbólicos ou doadas para quem quisesse morar na nova capital”, relata Beatriz.

A série de demolições ocorridas nos últimos anos – inclusive uma casa em estilo art déco localizada à Rua 20, no Centro – levou o Ministério Público a entrar com uma ação contra a Prefeitura, no final de 2013, obrigando o município a identificar e preservar esses imóveis, públicos e particulares. Segundo o secretário de Planejamento Urbano e Habitação, Paulo César Pereira (Seplanh), a Prefeitura fez no, ano passado, o levantamento das edificações consideradas relevantes para o patrimônio. Segundo ele, foram identificados cerca de 400 imóveis.

Esse levantamento serviu de base para uma pesquisa realizada pelo Iphan e a UFG em 2015, dentro de um termo de cooperação, e que identificou oito tipologias de arquitetura moderna em 127 imóveis residenciais

construídos nos primeiros anos da capital. Somados aos 90 imóveis residenciais inventariados até 2010, chega-se ao número de 217 construções da época da criação, segundo Dafne Marques de Mendonça, arquiteta do Iphan em Goiás.

Todavia, parte dos imóveis residenciais inventariados até 2010 já foram demolidos. “Não se sabe bem ao certo quantos”, afirma Dafne. Os dois levantamentos passaram por uma triagem a ser feita pelo Iphan e UFG e, segundo o secretário Paulo Cesar Pereira, “para posterior processo de tombamento”. Segundo Dafne, o instrumento de proteção ainda não foi definido e não se sabe ainda quais imóveis serão preservados. Isso também será alvo de estudo.